

**CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ
CURSO DE PEDAGOGIA**

LETUZI MONTEIRO GUIMARÃES
ORIENTADORA SOLANGE BRITO DE AZEVEDO

**PROCEDIMENTOS ESCOLARES FACE AOS MAUS-TRATOS
FAMILIARES NOS ALUNOS: COMO AGIR? INTERFEREM NO
DESEMPENHO ESCOLAR?**

Rio de Janeiro

2019

**PROCEDIMENTOS ESCOLARES FACE AOS MAUS-TRATOS FAMILIARES NOS
ALUNOS: COMO AGIR? INTERFEREM NO DESEMPENHO ESCOLAR?
SCHOOL PROCEDURES REGARDING FAMILY MISTREATMENT IN STUDENTS:
HOW TO ACT? INTERFERES WITH SCHOOL PERFORMANCE?**

Autora: Letuzi Monteiro Guimarães

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário São José

Orientadora: Prof@ Ms.: Solange Brito de Azevedo

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas pedagógicas frente aos maus-tratos infantis e como esses maus-tratos interferem na aprendizagem e na relação social desses alunos no ambiente educacional. Na pesquisa pode se observar que a violência infantil reflete no adulto os maus-tratos vivenciados na infância, e para evitar este ciclo é necessário uma intervenção por parte de todos os profissionais da educação, gestores e professores. Na referente pesquisa foi aplicado um questionário com base nos objetivos do artigo, realizado em duas escolas do Município do Rio de Janeiro/RJ, na zona oeste, uma em Bangu e outra em Padre Miguel. O questionário foi aplicado a gestores escolares, os quais relataram que as notificações que lhes são apresentadas são encaminhadas ao Conselho Tutelar e que a Secretaria Municipal de Educação realiza encontros periódicos de capacitação para auxiliar esses profissionais a como lidar com estas situações. Nas reflexões realizadas e através das pesquisas de outros autores, podemos compreender que a falta de conhecimento sobre maus-tratos infantis vem desde a formação inicial dos docentes, sendo necessário um melhor preparo com intuito de conscientizar e sensibilizar futuros professores diante desta realidade. A responsabilidade por essas crianças é de todos. Os profissionais de educação pesquisados acreditam que os maus tratos-infantis só ocorrem no ambiente familiar, mas isto por falta de conhecimento desses profissionais sobre os tipos de maus tratos e das leis que garantem a proteção das crianças em qualquer local que estejam. Na pesquisa foi retratado que ocorrem reuniões periódicas que são orientadoras de como os profissionais voltados às crianças devem proceder. Tais orientações são repassadas aos professores, sendo necessário ter um acolhimento com afetividade e manter um diálogo saudável com as crianças que são vítimas de algum tipo de violência. Há ratificação quanto à autora Silvia Costa, quando comenta que são necessárias práticas pedagógicas de interação e socialização para que os educadores sejam participativos neste processo, buscando sempre experiências com outros colegas de profissão e afins como forma de proceder e identificar as agressões. E, através desse procedimento, descobrir abordagens e soluções cabíveis de acordo com a situação vivenciada.

Palavras-chave: Práticas Pedagógicas, Maus-Tratos e Crianças.

ABSTRACT

The present work aims to analyze the pedagogical practices facing mistreatment and how these mistreatment interfere in the learning and social relationship of these students in the educational environment. In the research it can be observed that the child violence reflects in the adult, the mistreatment experienced in the childhood, and to avoid this cycle it is necessary an intervention by all the education professionals, managers and teachers. In this research was applied a questionnaire based on the objectives of the article, held in two schools in the city of Rio de Janeiro / RJ, in the west, one in Bangu and another in Padre Miguel. The questionnaire was applied to school managers, who reported that the notifications presented to them are sent to the Tutelary Council and that the Municipal Department of Education holds periodic training meetings to help these professionals how to deal with these situations. In the reflections made and through the researches of other authors, we can understand that the lack of knowledge about children mistreatment comes from the initial formation of teachers, being necessary a better preparation in order to raise awareness and sensitize future teachers in face of this reality. The responsibility for these children belongs to everyone. The Education professionals surveyed believe that child maltreatment only occurs in the family environment, but this is due to their lack of knowledge about the types of child abuse and the laws that guarantee the protection of children wherever they may be. In the research was portrayed that there are periodic meetings that are guiding as the professionals aimed at children without proceeding. These guidelines are passed on to teachers, and it is necessary to have a warm welcome and maintain a healthy dialogue with children who are victims of some kind of violence. It is ratified by the author Silvia Costa, when she comments that pedagogical practices of interaction and socialization are necessary for educators to be participative in this process, always seeking experiences with other colleagues in the profession as a way to proceed and identify aggressions. And, through this procedure, discover appropriate approaches and solutions according to the situation experienced.

Keywords: Pedagogical Practices, Mistreatment and Children.

INTRODUÇÃO:

Na atualidade observamos vários casos de crianças vítimas de maus-tratos infantis ou negligência doméstica/familiar e em muitas situações é descoberto somente em caso de óbito, daí se deu o interesse pela pesquisa. O aluno com comportamento agressivo, distraído ou retraído pode estar demonstrando um traço de sua personalidade ou está refletindo algum processo traumático pelo qual passou ou está passando.

O silêncio fala através do comportamento, da linguagem corporal e nas relações sociais. Como profissionais da educação é necessário ficarmos atentos aos sinais e buscar práticas pedagógicas para lidarmos melhor com estas questões, conhecendo melhor o nosso papel como facilitador no desenvolvimento deste aluno. Atividades

motivadoras e incentivadoras se fazem necessárias para que estes alunos readquiram sua auto confiança e sigam em frente de forma construtiva e participativa.

Esta abordagem deve ser considerada parte da inclusão social não só nos casos de alunos com deficiências físicas ou neurológicas, mas também de violência doméstica/familiar que por diversas vezes não são levados a sério.

Neste sentido que se faz importante meditar quais práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento afetivo, social e educacional de alunos que passaram e vivenciaram negligência familiar e se estas práticas são realizadas dentro das escolas.

É necessário uma reflexão sobre esta questão, mesmo porque em muitos casos observa-se que as notificações de casos de crianças vítimas de maus-tratos ainda são feitas somente por vizinhos, mesmo com a criança matriculada na escola regular, isto de acordo com a tese de Pós- graduação em Educação da autora Costa, S.R.S.(2008) e de acordo com seu livro “Maus-tratos contra crianças: concepções e práticas de profissionais de educação” (2014), que será abordado durante o desenvolver da pesquisa.

Este estudo é relevante por se tratar de um contexto que em pleno século XXI vem ocorrendo com muita frequência. Observa-se que a maioria dos casos inclui crianças na idade escolar. O ambiente escolar é dinâmico para os gestores e professores e algumas situações passam despercebidas. É preciso aumentar a afetividade entre professores e alunos cabendo a gestão implantar com afinco soluções pedagógicas existentes evitando outras problemáticas dentro da Instituição de Ensino. Os professores são essenciais no desenvolvimento dos estudantes, sendo mediadores no processo de ensino e aprendizagem, formando cidadãos capacitados de valores morais e educacionais.

Em decorrência da questão norteadora cabe aos profissionais de educação se especializar em busca de informações. Observa-se que muito pouco é passado na sua formação pedagógica sobre este assunto de maneira eficaz. A escola não fica imune aos reflexos que estes alunos terão. Verificamos na mídia vários alunos que chegam a agredir colegas e professores. Ao omitir-se, a escola se torna cúmplice das agressões sofridas por estes jovens e crianças.

Diante do exposto, essa pesquisa buscará identificar se as escolas atuam com estratégias voltadas a minimizar ou até mesmo conscientizar os responsáveis ao ponto de que não usem violência doméstica com seus filhos e/ou crianças inerentes à família.

Conseqüentemente, este trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas das escolas face à violência doméstica cometidas com os alunos e como objetivos específicos; identificar os principais tipos de violências domésticas cometidas aos estudantes, descrever as práticas pedagógicas escolares frente aos transtornos causados aos alunos pela violência doméstica e verificar se há interferência (ou não) no desempenho escolar das crianças que sofrem violência doméstica.

Considerando as especificidades apontadas na pesquisa, o Artigo apresenta como questões norteadoras: Qual a atuação das escolas face aos maus-tratos familiares nos alunos? Os maus-tratos interferem (ou não) no desempenho escolar? Quais as condutas esperadas pelas escolas em situações voltadas aos alunos que recebem maus-tratos nas famílias?

A metodologia desta pesquisa busca aporte na Metodologia de Estudo de Casos, amparada também na Metodologia Documental.

Conforme Prodanov e Freitas (2013), a Pesquisa Documental se confunde com a Pesquisa Bibliográfica, mas com uma diferença, na Bibliográfica é relatada a pesquisa de diversos autores e a Pesquisa Documental se baseia em documentos registrados ou não.

A Pesquisa Documental, devido as suas características, pode ser confundida com a Pesquisa Bibliográfica. Gil (2008) destaca como principal diferença entre esses tipos de pesquisas a natureza das fontes de ambas as pesquisas. Enquanto a Pesquisa Bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de vários autores sobre determinado assunto, a Pesquisa Documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (PRODANOV E FREITAS, 2013. p.55).

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p.56), podemos classificar a pesquisa documental de duas formas as que já passaram por algum tipo de análise, sendo consideradas de melhor qualidade e as de segunda mão que não foram analisadas, sendo definidas como analíticas.

Nessa tipologia de pesquisa, os documentos são classificados em dois tipos principais: fontes de primeira mão e fontes de segunda mão. Gil (2008) define os documentos de primeira mão como os que não receberam qualquer tratamento analítico, como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos,

diários, filmes, fotografias, gravações etc. Os documentos de segunda mão são os que, de alguma forma, já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, entre outros. Prodanov e Freitas (2013, p.55).

De acordo com o referencial Prodanov e Freitas (2013, p.60) a metodologia de Estudo de Caso pode ser vista como "...uma metodologia de pesquisa classificada como Aplicada, na qual se busca a aplicação prática de conhecimentos para a solução de problemas sociais".

Segundo Prodanov e Freitas (2013), o Estudo de Caso, trata-se de um processo investigativo na qual analisará dados de um grupo de pessoas, família ou comunidade identificando os aspectos variados de acordo com o tema da pesquisa e se aprofundando com o objetivo principal.

Os instrumentos aplicados nesta pesquisa foram: questionários descritivos, sob forma de entrevistas, com profissionais de 2 (duas) escolas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Secretaria Municipal de Educação-PCRJ/SME e leituras de documentos e Artigos voltados ao tema proposto. Para as entrevistas aplicadas, houve comparação das práticas que são realizadas pelas escolas e qual a conduta correta que deve ser desempenhada.

Os dados foram compilados e triangulados de acordo com os objetivos propostos, sendo assim ocorrerá a comprovação no método científico adotado e fidedignidade à pesquisa.

As crianças devem ter seus direitos respeitados e garantidos por lei, para assegurar que no amanhã elas possam construir para um futuro melhor reconhecendo seus direitos e deveres como cidadãos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta Pesquisa compreende sua fundamentação teórica aos aportes básicos necessários ao entendimento e esclarecimentos sobre o tema sugerido, principalmente: o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) – Lei 8069/90; Faleiros e Faleiros (2007);

LDB9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e Artigos Acadêmicos voltados ao assunto em pauta.

Os profissionais de educação devem buscar práticas que incluam soluções de conflitos referentes à violência doméstica evitando assim que os alunos sejam cúmplices de maus-tratos infantis. É proposto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA- Lei nº8069/90 – art.18, cap.II, livro I) que a criança tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, sendo um dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

A intervenção da escola notificando este tipo de ocorrido dá à criança uma chance de ter uma vida mais digna, fruindo dos seus direitos e compreendendo seus deveres como cidadãos. A criança como ser indefeso necessita da orientação e proteção de adultos, cabendo a sociedade intervir em casos onde seja observado algum tipo de agressão. Segundo Faleiros e Faleiros (2007) que cita em seu livro “Escola que Protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes”, a não notificação se torna um caso não só de omissão mas, de negligência profissional, em que o profissional evita uma intervenção para se proteger da notificação e de suas consequências.

Existe, em nível institucional, um outro tipo de violência que pode passar despercebida, que é a negligência profissional. Sua manifestação caracteriza-se pelo desprezo (por desinteresse, despreparo ou incompetência) pelas outras formas de violência e de violação de direitos de crianças e adolescentes, ignorando os sinais de risco e a existência de processos violentos em curso que poderão levar à violências mais graves (como a sexual, por exemplo) ou até mesmo à morte. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.33).

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996 em seu art.13, item VI, coloca que os docentes tem a obrigação de “...colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”.

Neste sentido que chegamos na questão norteadora desta pesquisa na qual vamos nos aprofundar e buscar informações sobre os procedimentos e como os profissionais se orientam diante desta realidade.

Faleiros e Faleiros (2007), também retrata em seu livro uma linha histórica mundial de como as crianças eram educadas em várias partes do mundo, colocando que quanto mais regressamos no tempo mais triste era a história da infância e dos maus-tratos que as crianças e adolescentes eram submetidos, não tendo nenhum direito somente deveres e sendo tratadas como adultos.

Faleiros e Faleiros (2007), define a violência como uma teoria de relação de poder físico sobre o outro coagindo e visando alcançar seus objetivos sobre o dominado, desestruturando a formação da sua identidade. Os maus tratos infantis se classificam por qualquer ato de violência física, sexual ou psicológica contra uma criança.

De acordo com Duarte e Arboleda (2002) *apud* Silvia Costa (2014, p. 49) definem maus-tratos infantis como abuso infantil, seguindo referências de pesquisas de vários autores que alegam que, supostamente, os pais que cometem violência aos filhos também sofreram algum tipo de maus-tratos na sua vida refletindo este aspecto aos filhos.

Segundo Henri Wallon *apud* Isabel Galvão (1995, p.34), relata que a formação da personalidade ocorre das relações sociais e através deste processo que irá refletir nas suas relações afetivas... “A construção da consciência de si, que se dá por meio das interações sociais, reorienta o interesse da criança para as pessoas, definindo o retomo da predominância das relações afetivas”.

De acordo com Wallon *apud* Heloysa Dantas et al (1992, p. 85), na “Teoria das Emoções”, comenta que “...a dimensão afetiva ocupa lugar central, tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento”, portanto, devemos observar a criança como um ser que possui emoções e é através dessas emoções que a criança exterioriza seus desejos e vontades, e diante deste pressuposto coloca que a sua educação deve ser integral, envolvendo o afetivo, o social e o intelectual. E, segundo Henri Wallon *apud* Heloysa Dantas et al (1992, p.90) sobre a “Teoria de afetividade e inteligência”, é colocado que a afetividade se forma antes do cognitivo, mas estarão sempre em um movimento de interação de acordo com as atividades vivenciadas em cada etapa durante a sua vida.

A sua diferenciação logo se inicia, mas a reciprocidade entre os dois desenvolvimentos se mantém de tal forma que as aquisições de cada uma

repercutem sobre a outra permanentemente. Ao longo do trajeto, elas alternam preponderâncias, e a afetividade reflui para dar espaço a intensa atividade cognitiva assim que a maturação põe em ação o equipamento sensório-motor necessário à exploração da realidade. A partir daí, a história da construção da pessoa será constituída por uma sucessão pendular de momentos predominantemente afetivos ou predominantemente cognitivos, não paralelos, mas integrados. Cada novo momento terá incorporado as aquisições feitas no nível anterior, ou seja, na outra dimensão. Isto significa que a afetividade depende, para evoluir, de conquistas realizadas no plano da inteligência, e vice-versa. LA TAILLE; OLIVEIRA; Heloysa Dantas de Souza. (1992, p. 90).

No Estatuto da Criança e Adolescente no art. 56, capítulo IV coloca que é dever dos dirigentes de estabelecimentos de Ensino Fundamental notificar ao Conselho Tutelar em casos de maus-tratos envolvendo os alunos, evasão escolar e elevado índice de repetência dos alunos matriculados na Instituição de Ensino. Nesta pesquisa será abordada a prática dos gestores diante das leis impostas pelo Estatuto da Criança e como é realizado a notificação desses fatos ao Conselho Tutelar.

O Ministério da Educação e Cultura - MEC junto à Secretária Especial dos Direitos Humanos disponibiliza capacitação e Guias Escolares para os profissionais de educação se orientarem da forma correta ao suspeitarem de situações de violência doméstica e em casos de abusos sexuais; levando aos profissionais a se capacitarem, sabendo lidar com esta realidade e sensibilizar as famílias através de palestras e debates junto à comunidade, entre outras formas que serão informadas durante a pesquisa.

REFLEXOS DA CONSTRUÇÃO DO EU NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA

A criança reflete no mundo a realidade em que está inserida de acordo com o que ela está vivenciando, e diferente do adulto ela demonstra através do silêncio ou em pequenos traços cotidianos.

Os casos de negligência ou maus-tratos infantis sempre ocorreram, se formos refletir sobre a história da infância podemos analisar os horrores como a “Roda de expostos”

(MARCILIO, 1999, p. 51) apud Silvia Costa(2008), sendo a maneira utilizada para manter o anonimato dos pais e evitando que estas crianças fossem comidas por animais ou ficassem expostas ao lixo.

A autora Silvia Costa (2008) em seu artigo de defesa de Pós-graduação relata sobre a citação da autora Maria Luiza Marcilio sobre a roda de expostos, observa-se o importante papel desta instituição sendo a única a dar assistência as crianças rejeitadas no Brasil por mais de um século.

A roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados. Mas essa instituição cumpriu importante papel. Quase por século e meio a roda dos expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil. (MARCILIO, 1999, p. 51 apud Silvia Costa (2008).

Na atualidade existem Políticas e Leis que buscam garantir os direitos da criança, do jovem e do adolescente respeitando como ser humano pensante que necessita de proteção e defesa. As Leis são implementadas para que sejam efetivadas não devendo ficar somente no papel, mas serem cumpridas por todos os membros da sociedade. É direito de todos os jovens e crianças serem incluídos sem discriminação de raça, etnia, idade, aparência física crença ou religião etc.

No Estatuto da Criança e Adolescente (ECA- Lei nº8069/90), inciso no título I do art.3º assegura que toda criança tenha proteção.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016).

Segundo relata Henri Wallon *apud* Isabel Galvão (1995, p.34), analisamos que a criança recém-nascida não possui reconhecimento de si, estando em um estado de

simbiose afetiva. De acordo com seu desenvolvimento que a criança passa a compreender a diferenciar o seu eu do outro e este processo ocorre das interações sociais. Uma criança que está vivenciando maus tratos seja um recém-nascido ou uma criança maior independentemente da idade, ela irá manifestar esta relação negativa que teve refletindo em suas atitudes e em seu desenvolvimento durante a vida.

O recém-nascido não se percebe como indivíduo diferenciado. Num estado de simbiose afetiva com o meio, parece misturar-se à sensibilidade ambiente e, a todo instante, repercutir em suas reações, as de seu meio. A distinção entre o eu e o outro só se adquire progressivamente, num processo que se faz nas e pelas interações sociais. (GALVÃO, 1995. p.34).

Novamente, Isabel Galvão reafirmar em outra citação este fato, quando comenta que o caráter intelectual é formado na construção do real e no conhecimento do mundo físico e a formação do caráter afetivo através das relações com o meio em que está incluído.

O predomínio do caráter intelectual corresponde às etapas em que a ênfase está na elaboração do real e no conhecimento do mundo físico. A dominância do caráter afetivo e, conseqüentemente, das relações com o mundo humano, correspondem às etapas que se prestam à construção do eu. (GALVÃO, 1995. p.31).

De fato, podemos verificar que toda referência que a criança terá em sua formação como ser humano é reflexo da realidade que viveu ou ainda vivência. Se não ocorrer uma intervenção os traumas e bloqueios ocorridos poderão ser refletidos durante a socialização e interação desta criança com o meio que está inserida. A identidade se desenvolve durante toda a sua vida e uma intervenção no sentido de orientar e auxiliar esta criança pode romper os aspectos negativos vivenciados, evitando que este trauma seja passado para futuras gerações, em suas relações sociais e em sua aprendizagem.

Conforme a autora Silvia Costa (2014, p. 48) retrata em seu livro “... A maioria dos estudos denota que crianças maltratadas apresentam um atraso no desenvolvimento cognitivo e no rendimento escolar”.

Concordamos com Wallon apud Gratiot-Alfandéry, quando relata que em cada fase de seu desenvolvimento a criança cria uma nova estrutura que se une a estrutura anterior, através dos momentos de interiorização e dos momentos de experiência com

as pessoas a sua volta, a criança vai formando com autonomia sua personalidade. As experiências boas e ruins auxiliarão na formação do caráter da criança e na sua compreensão de si mesma se espelhando na forma de como irá se relacionar com outras pessoas.

Pelo caráter intenso e amalgamante que as experiências vividas implicam para o ser humano, bem como a intensidade e natureza dos estados afetivos, essas novas construções vão justapondo-se de maneira sincrética, ou seja, não diferenciada. Para que uma nova e autônoma personalidade se forme, são necessários, portanto, a alternância entre momentos de ênfase no exterior, na experimentação e nos vínculos com outras pessoas; e momentos de maior interiorização e “em si mesma”, para que a criança elabore, incorporando, os processos de constituição de si mesma. (Henry Wallon apud GRATIOT-ALFANDÉRY, 2010. p.41).

Portanto, se faz necessário ampararmos estas crianças dando a elas uma visão diferente da que foi retratada em sua vida, demonstrando que elas são únicas e especiais e merecem respeito, e como cidadãos possuem direitos e deveres garantidos por Lei.

Segundo Pollak (2004, p.3) em sua publicação, os maus- tratos infantis ocasionam nas crianças sequelas que refletirão em seu desenvolvimento emocional entre outros citados “...Crianças vítimas de maus-tratos correm risco de uma ampla variedade de problemas de saúde mental, entre os quais depressão, ansiedade, abuso de drogas, criminalidade e outras formas de comportamento emocional mal regulado”.

A questão interpretada por Pollak (2004, p.3), ao se referir que as vítimas demonstram dificuldades em reconhecimento das expressões de emoções, deixa claro o quanto os maus-tratos interferirão na fase adulta dessas crianças vitimadas por esses procedimentos.

...crianças que sofrem abuso físico tendem a perceber expressões faciais zangadas como muito salientes em comparação com outras emoções; em contraste, crianças negligenciadas tendem a ter dificuldade de diferenciar expressões faciais de emoção. Estudos recentes sugeriram que crianças abusadas fisicamente exibem aumento relativo na atividade elétrica do cérebro quando atentam especificamente para expressões faciais zangadas. O estresse

extremo associado a maus-tratos na infância também pode resultar em problemas na regulação da emoção e do estresse, entre os quais depressão e abuso de drogas, que provavelmente refletem tentativas de ajudar a regular os estados emocionais. Na fase adulta, as vítimas de maus-tratos têm taxas altas de ansiedade, distúrbios alimentares e distúrbio de estresse pós-traumático. Uma área atual de interesse é o efeito de hormônios associados a estresse alto, como o cortisol, sobre o desenvolvimento de regiões cerebrais associadas à armazenagem e à recuperação de lembranças. Embora, em sua maioria, as crianças vítimas de maus-tratos não se tornem delinquentes, cerca de 30% delas se envolverão em comportamentos criminais. (POLLAK, 2008. p. 3)

Concordamos com os autores Calza, Dell'Aglio, & Sarriera (2016, p.23), em sua publicação quando se refere em suas considerações, quando relata que com o ECA ocorreu mais notificações dos casos de maus-tratos infantis mas nos deixa uma conjectura ao comentar dos desafios para os próximos anos. Nos alertando da necessidade de novas políticas de educação com intuito de prevenir as intervenções, sendo notificado os casos de maus-tratos o mais precoce possível.

Por outro lado, a implementação do ECA tem possibilitado diversos avanços no combate aos maus-tratos contra crianças e adolescentes brasileiros, tornando cada vez mais expressivo o número de notificações de suspeitas e alavancando investigações sobre índices mais confiáveis sobre epidemiologia e impactos nessa população. Dessa forma, quanto à intervenção em situações de maus-tratos, coloca-se como desafio para os próximos anos um maior enfoque no acompanhamento e tratamento dos casos, a fim de diminuir sequelas e evitar ao máximo reincidências, assegurando a proteção de crianças e adolescentes. Também se faz necessária a implementação de políticas de educação e prevenção, com estratégias que possibilitem que cada vez menos casos necessitem de intervenções e que, quando necessárias, sejam realizadas o mais precocemente possível. (CALZA, DELL'AGLIO, & SARRIERA, 2016, p.23)

Podemos constatar que desta maneira estaremos evitando a quantidade de agressões que esta criança estará vivenciando, e minimizando os fatores de risco e sequelas que se espelharam durante algumas etapas da sua vida. Sobre a intervenção à partir do momento que for descoberto os maus-tratos e necessário um maior enfoque na forma de auxiliar as vítimas (ou não), com o tratamento e acompanhamento da situação e profissionais mais capacitados para lidar com esta realidade, tanto no ambiente educacional quanto em outros locais.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS SENSIBILIZADORAS

A formação dos profissionais de educação deve ser sensibilizadora com práticas pedagógicas na educação assegurando que estas crianças ao chegar no ambiente educacional sejam acolhidas e orientadas de maneira que se possa ter uma conversa salutar e que seja realizada a intervenção de acordo como é aconselhada pela Secretária Municipal de Educação.

A presente pesquisa foi realizada em duas escolas Municipais da zona oeste. A primeira escola vamos chamar de **Escola A**, fica na região de Bangu, a outra escola vamos chamar de **Escola B**, localizada em Padre Miguel, ambas atendem o Ensino Fundamental I, com alto índice de violência nas duas localidades. Na Escola A, o questionário foi aplicado na diretora adjunta que será identificada na pesquisa como Y. G., e na Escola B o questionário foi aplicado na diretora que será designada como J. S., ambas relatam que a Secretária oferece reuniões mensais por CRE com o Conselho de Segurança Pública, para discutir e orientar quaisquer interferência neste sentido na unidade escolar. A Escola A possui vários programas ofertados pelo governo como o Mais Alfabetização, a Cozinha Experimental, Residência Pedagógica dos Periódicos Acadêmicos da Capes do MEC, no qual oferece o Aperfeiçoamento da formação prática nos cursos de Licenciatura. A **Escola B** é uma escola que atende até o sexto ano experimental do Ensino Fundamental.

Na **Escola A**, a diretora adjunta Y.G., comentou que nunca ocorreram casos de violência doméstica mas, caso ocorra, há orientação de que no primeiro momento aconteça uma conversa com o aluno; em seguida, dialogar com a família do aluno; para depois comunicar ao Conselho Tutelar. Já na **Escola B**, a diretora J. S. relata que no primeiro momento, a conversa ocorra diretamente com a família do aluno. Quando foi perguntado se na escola ocorreu algum caso de violência **doméstica** e, caso tenha acontecido, de que tipo foi; a diretora J.S., relatou que ocorreram maus-tratos de violência física e que o caso foi notificado e direcionado à 8ª CRE e encaminhado um formulário ao Conselho Tutelar, sem comunicar a família, com intuito de evitar a represália contra a criança.

As Instituições de Ensino e seus profissionais da educação tem que estar atentos aos direitos de seus alunos conhecendo e sabendo garantir que tais direitos e recursos sejam assegurados, como também de seus profissionais. Os cursos de aperfeiçoamento e especializações que são realizadas pela Secretária Municipal de Educação contribuem para que isso aconteça. Abaixo serão citados alguns tipos de maus-tratos infantis, abordando seus fatores principais que é a violência aos jovens e crianças:

TIPOS DE MAUS- TRATOS

Negligências:

Negligência se caracteriza por incapacidade de satisfazer as necessidades básicas e descuido do responsável pelo seu tutelar.

A criança que chega no ambiente educacional com carência na higienização, intoxicações e acidentes com repetição, pode estar sendo vítima de negligência por parte dos seus responsáveis.

De acordo com Faleiros e Faleiros(2007), a negligência se estende a toda comunidade e órgãos públicos, não ficando de reponsabilidade somente da família, mas de toda população.

A negligência é a negação e a falta de compromisso com as responsabilidades familiar, comunitária, social e governamental. É a falta de proteção e de cuidado da criança e do adolescente, a não existência de uma relação amorosa, a falta de reconhecimento e de valorização da criança e adolescente como sujeitos de direitos. É o desrespeito às suas necessidades e à sua etapa particular de desenvolvimento. Crianças e adolescentes negligenciados vivem, pois, situações de abandono, de privação e de exposição a riscos. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.34).

Maus-Tratos Físicos:

Atos de agressões isoladas ou repetitivas contra crianças, que causam danos físicos, dores e torturas. Os responsáveis por estes atos evitam expor a agressão ocorrida à criança, evitando notificações, podendo acabar por ocorrer a evasão deste

aluno no ambiente educacional. Outro caso que pode ocorrer é agredir em locais que não podem ser expostos, evitando mostrar a agressão cometida contra a criança. Segundo Faleiros e Faleiros (2007, p.35), as agressões farão com que a criança seja mais deprimida, desconfiada e submissa, "...é acompanhada pelo medo, pelo terror, pela submissão, pelo espanto, pelo sofrimento psíquico, constituindo-se ao mesmo tempo em violência psicológica..." Este comportamento acaba refletindo nas suas relações, atrapalhando seu desenvolvimento educacional e convívio em sociedade.

Faleiros e Faleiros (2007, p.35) comenta que a violência física ocorre como uma relação de poder causando dor e lesões que podem levar a vítima a óbito.

A violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, equimoses, convulsões, inchaços, hematomas, mutilações, desnutrição e até morte. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.35).

Violência Sexual:

A violência sexual é qualquer ato em que a criança é utilizada para agrado sexual, baseado na relação de poder sobre o outro em que ocorre a manipulação ou não dos órgãos sexuais. Em alguns casos não ocorrem indícios físicos, mas, são demonstrados nos aspectos psicológicos, sendo necessário auxílio de profissionais próprios para ajudar no diagnóstico.

De acordo com Faleiros e Faleiros (2007, p.39), neste tipo de violência nota-se que a vítima da agressão sofrida passa a se sentir culpada pela agressão sofrida, tendo medo da relação com as pessoas se tornando desconfiada e distorcendo as relações sociais, afetivas e culturais. A criança perde a noção de distinguir os diferentes papéis que cada pessoa exerce em sociedade, invertendo os valores sociais e fragmentando sua estrutura psíquica, moral e social.

Nessa forma de violência, se estabelece uma relação que:

a) deturpa as relações sócio afetivas e culturais entre adultos e crianças/adolescentes ao transformá-las em relações genitalizadas, erotizadas, comerciais, violentas e criminosas;

b) confunde, nas crianças e adolescentes violentados, os papéis dos adultos, descaracterizando as representações sociais de pai, irmão, avô, tio, professor, religioso, profissional, empregador, quando violentadores sexuais; perde-se a legitimidade da autoridade do adulto e de seus papéis e funções sociais;

c) inverte a natureza das relações entre adultos e crianças/adolescentes definidas socialmente, tornando-as: desumanas em lugar de humanas; negligentes em lugar de protetoras; agressivas em lugar de afetivas; individualistas e narcisistas em lugar de solidárias; dominadoras em lugar de democráticas; controladoras em lugar de libertadoras; perversas em lugar de amorosas; desestruturadoras em lugar de socializadoras;

d) estabelece, no ser violentado, estruturas psíquicas, morais e sociais deturpadas e desestruturantes, principalmente nos abusos sexuais de longa duração e na exploração sexual comercial; (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.39).

Maus-tratos Psicológicos e emocionais:

Os maus-tratos psicológicos e emocionais ocorre com a depreciação da criança, diminuindo sua capacidade ou ameaçando de abandono. O ambiente que deveria ser acolhedor, se torna um local de privação afetiva e de bem estar. Este processo faz com que a criança reproduza em suas relações sociais e nos ambientes educacionais bloqueios se tornando um aluno agressivo ou passivo demais.

Diferentemente da violência física, a violência psicológica não deixa traços imediatamente visíveis no corpo, mas destrói a autoimagem do violentado e se manifesta no comportamento da criança ou do adolescente. Essa violência provoca traumas psicológicos que afetam o psiquismo, as atitudes e as emoções, traduzindo-se até mesmo na incapacidade da criança em interagir socialmente dentro das condições consideradas próprias de sua idade, podendo tornar-se passiva ou agressiva. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.35).

Maus- tratos Institucionais:

As situações que caracterizam os maus-tratos Institucionais são quando ocorre a agressão dentro de um local escolar pelos profissionais da educação.

Segundo Martins (2002) *apud* Silvia Costa (2008, p.28), “...acontece num contexto extrafamiliar onde se constata situações sem o cunho pessoal ou personalizado, tendo como agentes os profissionais de instituições ou sistemas, incluindo aqui legislações, programas, procedimentos e atuações dos poderes públicos ou de indivíduos que são responsáveis pela violação dos direitos fundamentais da criança.”

Faleiros e Faleiros (2007, p.23), quando retrata sobre as instituições de proteção à criança como o SAM – Serviço de Assistência aos Menores, que ao invés de proteger e garantir os direitos dos menores era utilizado como sistema de repressão.

O SAM era um internato, uma instituição educativa para os menores abandonados e através desse sistema constatamos a falta de respeito pela criança e observamos que os maus- tratos institucionais já aconteciam desde os órgãos iniciais.

Foi criado ainda, em 1941, um Serviço Nacional de Assistência aos Menores, o SAM, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para extirpar a ameaça dos meninos “perigosos e suspeitos”. Nos internatos do SAM, predominava a ação repressiva e o desleixo contra os internos, ao invés da ação educativa. O SAM, que funcionou até 1964, foi muito criticado, principalmente pela Igreja Católica, pois violentava, surrava e torturava crianças. Ao invés de ser um órgão de proteção, tornou-se um órgão de repressão, que deixava as crianças à míngua, com instalações em péssimas condições. (FALEIROS; FALEIROS, 2007, p.23).

O ambiente que deveria proteger e fazer parte desta “campanha”, evitando as agressões acabam se tornando alvo delas por despreparo de seus profissionais, que não buscam auxílio ou não tem o auxílio necessário pela própria instituição e gestão para lidar com situações de conflitos dentro da sala de aula e instituições de proteção.

De acordo com a autora Silvia Costa (2014, p.85), o processo de formação é contínuo e envolve a todos indiferente de cargos, para estarmos preparados a lidar com cada situação dentro de uma instituição de ensino.

Acreditamos, sim, que estamos em um processo contínuo de formação e de melhora significativa da educação e da infância, mas ainda precisamos percorrer um longo percurso para que nossa prática seja realmente incisiva, que venha a modificar paradigmas já aceitos e definidos pelo senso comum. Para que nos tornemos profissionais reflexivos, precisamos, antes de tudo, respeitar a infância e a criança para que, dessa forma, possamos fazer parte de um contexto mutante e móvel como a educação. (COSTA, 2014. p.85).

Segundo Henri Wallon apud GRATIOT-ALFANDÉRY cada professor deve estar formado para a prática Pedagógica e para ter melhor compreensão das dificuldades que são apresentadas em sala de aula pelas crianças, este professor deve ser beneficiário de um aprimoramento na área da psicologia infantil. Constatamos através desta

referência o quanto o papel do profissionais da área de educação é importante, e o quanto é necessário a especialização diante da realidade que vivenciam para acrescentar aprimoramentos psicológico e pedagógico.

Esses profissionais devem ter uma qualificação pedagógica suficiente (um diploma universitário e, se possível, certa prática escolar). Eles também devem ter uma formação teórica e prática da psicologia certificada por um diploma homologado pela universidade e reconhecida pelo estado. “O seu estatuto e as regras de seu progresso devem ter em conta a sua dupla qualificação psicológica e pedagógica”²⁶. (Henry Wallon apud Gratiot-Alfandéry, 2010. p.20).

A vida é ação e reação e as atitudes se tornam reflexos de situações submetidas anteriormente. Observamos nos jornais jovens desrespeitando professores e crianças sendo agredidas por seus educadores, e muitas vezes os maus-tratos ocorre dentro do ambiente institucional e dentro do ambiente familiar.

De acordo com o questionário aplicado nas escolas e com a pesquisa realizada, podemos notar que os maus- tratos que estas crianças vivenciam refletem em sua aprendizagem, pois o medo inibe a aprendizagem. Concordamos com a autora Gratiot-Alfandéry (2010. p.41) apud Galvão (2003), quando relatam sobre a visão Walloniana, que devemos observar o aluno por completo tanto no ângulo emocional quanto no cognitivo, e através dos aspectos posturais os alunos demonstram emoções bloqueadas, na qual interferem no desempenho da sua aprendizagem. As evidências manifestadas pelas crianças podem auxiliar ao professor na busca de estratégias pedagógicas para melhorar sua aprendizagem, não apagando as emoções vivenciadas antes, mas criando uma nova estrutura estimulando e incentivando o processo educativo.

Ao questionar o lugar de subalternidade que a afetividade costuma ocupar nas visões tradicionais de ensino, que opõe as emoções à qualidade cognitiva e racional, a visão walloniana permite reconhecer as expressividades posturais dos alunos como sinais daquilo que pode estar produzindo efeito no desempenho da aprendizagem, não para eliminar tais sinais, mas para encontrar as pistas que possibilitem uma melhor compreensão e a definição de estratégias mais condizentes com a singularidade de cada aluno, “supondo que o ‘destravamento’

das inteligências depende do 'saneamento' da atmosfera emocional". (Galvão apud Gratiot-Alfandéry, 2010. p.41).

Durante o período que tive oportunidade de participar do Programa de Educação Integral Escola da Gente no estado de Minas Gerais, na cidade de Betim, pude presenciar casos de negligência e violência sexual contra menores, casos que só foram ser notificados pelo programa, devido ao fato da escola não estar ciente do ocorrido. Houve necessidade de um programa em fase inicial com monitores comprometidos com afetividade, sensibilidade e um olhar mais atento para estas crianças, interagindo e socializando conhecendo e respeitando suas diferenças e dando liberdade para que estas crianças criassem laços de confiança e se sentissem confortáveis em quebrar o silêncio. E, justamente com a confiança depositada nos profissionais que faziam parte do programa, que muitos casos foram descobertos e notificados à escola, à família e ao Conselho Tutelar.

Conforme os questionários aplicados nas Escolas A e B, ficou constatado que a Secretária Municipal de Educação realiza reuniões periódicas, para orientar os gestores e profissionais da educação, de como agir e que procedimentos devem ser tomados em casos que sejam confirmadas situações de maus-tratos infantis. Houve, também, a verificação através dos questionários aplicados nas Escolas A e B que os maus-tratos infantis comprometem a aprendizagem dos alunos e a mesma situação é retratada pela autora Silvia Costa (2008, p.34) em sua pesquisa de Pós-graduação, onde cita que "...pois onde há indicadores de maus-tratos haverá consequências para a criança, seja no comportamento, no desempenho escolar, no relacionamento com os outros."

Ficou percebido que para cessar esta corrente negativa basta comprometer-se em auxiliar e se colocar no lugar do outro, criar empatia, agindo com ética e respeito aos direitos das crianças e jovens evitando traumas que poderão ser refletidos e levados para toda a sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa dos questionários aplicados e dos documentos analisados, fica notória a necessidade dos profissionais da educação estarem sempre se especializando com intuito de agregar conhecimento para a sua formação e a qualidade de seu aprendizado, compreendendo as limitações histórica e cultural de cada aluno. Lembrando que muitos desses alunos são alunos de escola pública e vivem grandes dificuldades sociais e culturais, e muitos profissionais de educação se sentem com receio de sofrer algum tipo represália dos responsáveis.

O ambiente educacional segue a hierarquia de cargos e em certos casos se torna uma limitação. Nos casos de maus-tratos os professores repassam a gestão pedagógica, e é através delas que ocorre a comunicação ao Conselho Tutelar na qual são orientados de como proceder a partir da realização da denúncia. Os profissionais recebem treinamentos da Secretaria Municipal de Educação, mas além deste treinamento são necessárias práticas de afetividade e respeito com a dor da criança e melhor compreensão sobre o ECA, houve o entendimento de que as denúncias de maus-tratos devem ser feitas por todos os profissionais da educação, não só gestores e, através deste aprendizado atentar seus alunos de seus direitos.

São positivas as palavras da autora Silvia Costa quando se refere em sua pesquisa de Pós-graduação que há necessidade de um melhor entendimento sobre o Estatuto da Criança e Adolescente-ECA pelos profissionais da Educação.

No questionário aplicado na **escola A**, há destaque nas palavras da diretora adjunta Y. G. quando relata que a melhor prática pedagógica diante da desconfiança de tal fato é "...Observar o aluno, manter um diálogo saudável e uma relação de confiança para garantir sua integridade física e emocional", pois dessa forma garantiremos não apenas trabalhar com o processo de maus-tratos aos alunos e suas implicações, mas em conhecer sobre esses alunos, para melhor auxiliá-los e o que fazer por eles.

Os profissionais precisam perceber a importância do seu papel e o da escola. É necessário entender que existem outras formas de maus-tratos infantis e que o fato de se silenciar diante desses maus-tratos, os torna cúmplices. A demora nas denúncias

ocasiona sequelas graves ou até mesmo em óbitos, devido ao fato de muitos ficarem aguardando a decisão da gestão escolar, ocorrendo falta de interação entre os profissionais em buscar a proteção à criança vítima de maus-tratos.

Haverá sempre a necessidade de capacitações para os profissionais da Educação para que se integrem sobre o assunto “*PROCEDIMENTOS ESCOLARES FACE AOS MAUS-TRATOS FAMILIARES NOS ALUNOS: COMO AGIR? INTERFEREM NO DESEMPENHO ESCOLAR?*” e meditem sobre suas práticas, dialogando com a realidade vivenciada. A partir de então, se sentirão parte desse processo, refletindo sobre suas atitudes e os resultados delas nessas crianças vitimadas (ou não) que estão sob suas responsabilidades.

Constata-se mais uma vez que as agressões que as crianças sofrem refletem em mau desempenho escolar, retratando em sua socialização e afetividade, este processo acaba afetando sua vida escolar.

Daí se faz a necessidade de uma intervenção evitando que essas crianças se transformem em delinquentes, usuários de drogas ou álcool, como formas de regular o estresse sofrido. A intervenção pedagógica irá auxiliar esta criança a criar novas estruturas emocionais e afetivas, aprendendo a confiar novamente e se transformando em adultos mais seguros conhecendo seus direitos como cidadão.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf>. Acesso em: 26 de Março de 2019.

BRASIL, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Ministério da Educação e Cultura -MEC.** Estatuto da Criança e Adolescente. Disponível em: <https://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wpcontent/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf>. Acesso em: 24 de Março de 2019.

CALZA, Tiago Zanatta; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; SARRIERA, Jorge Castellá. Direitos da criança e do adolescente e maus-tratos: epidemiologia e notificação. **Rev. SPAGE SP, Ribeirão Preto.** 2016, vol.17, n.1, pp. 14-27. ISSN 1677-2970. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v17n1/v17n1a03.pdf>> Acesso em 10 de novembro de 2019.

COSTA, S. R.S. **Concepções e práticas de profissionais de educação sobre os Maus-tratos contra crianças.** 2008. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/silvia_costa.pdf: Acesso em 8 ago. 2019.

COSTA, S. R.S. **Maus-tratos contra crianças:** concepções e práticas de profissionais de educação. 1. ed. Brasil, Campinas: Papel Social, 2014.

DE LA TAILLE, Yves; DE OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. Brasil, SP: ed.SUMMUS, 1992.

FALEIROS, V. P.; FALEIROS, E. S. **Escola que Protege:** enfrentando a violência contra crianças e adolescentes.1.ed.Brasília: Ministério da Educação. Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

GALVÃO, ISABEL. **Henri Wallon:** uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 4.ed. Petrópolis, RJ; Vozes: COLEÇÃO: EDUCAÇÃO E CONHECIMENTO,1995.

GRATIOT-ALFANDÉRY, Hélène. **Henri Wallon.** Tradução e organização: Patrícia Junqueira. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

POLLAK, S D. **O impacto de maus-tratos na infância sobre o desenvolvimento psicossocial de crianças pequenas.** Em: Tremblay RE, Boivin M, Peters RDeV, eds. MacMillan HL, ed. tema. Enciclopédia sobre o Desenvolvimento na Primeira Infância. Disponível em: <[http://www.encyclopedia-crianca.com/maus-tratos-na-infancia/segundo-especialistas/o-impacto-de-maus-tratos-na-infancia-sobre-o-.](http://www.encyclopedia-crianca.com/maus-tratos-na-infancia/segundo-especialistas/o-impacto-de-maus-tratos-na-infancia-sobre-o-)> Publicado: Dezembro 2004 (Inglês). Acesso em 03 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BETIM, MG. **Programa de Educação Integral Escola da Gente.** Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/experiencias/programa-escola-de-gente-molda-educacao-integral-municipio-de-betim/>> Acesso em: 13 de Outubro de 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico:** Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Rio Grande do Sul, Nova Hamburgo: UNIVERSIDADE FEEVALE, 2013.

ANEXOS:

Segue cópia do questionário aplicado nas Escolas Municipais A e B da E/8@ Coordenadoria Regional de Educação (E/8@CRE), Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, situadas em Bangu e Realengo, respectivamente.



CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

Trabalho de Conclusão de Curso**Questionário Baseado nos Anos Iniciais do Ensino Básico.**

Instituição Educativa escolar: _____

Nome do Gestor Educacional: _____

Sexo:

Feminino ()

Masculino ()

Idade: _____

Tempo de gestão ou coordenação escolar: _____

1) Quanto tempo de magistério possui? _____

2) Qual o primeiro procedimento da gestão escolar diante da violência doméstica?

() Comunica ao Conselho Tutelar.

() Dialoga com a família do aluno.

() Conversa com o aluno.

3) Existe na unidade escolar casos de violência doméstica? No caso da resposta for SIM, responda qual tipo de violência e qual a prática pedagógica realizada para auxiliar esta criança no cotidiano escolar?

() SIM () NÃO

- 4) A escola se estrutura junto à comunidade escolar em casos de violência doméstica com as crianças?

() SIM () NÃO

- 5) O Conselho Tutelar e a Secretária Municipal de Educação orientam como proceder diante desses casos?

() SIM () NÃO

- 6) É oferecido pela Secretária Municipal de Educação algum tipo de treinamento na unidade escolar para auxiliar gestores e professores em situações de maus-tratos infantis?

() SIM () NÃO

Qual:

- 7) Os alunos que sofrem maus-tratos possuem baixo rendimento?

() SIM () NÃO

- 8) Acredita que os maus-tratos interferem no desempenho da criança?

() SIM () NÃO

- 9) Alguma observação ou colocação diante dos desafios sobre maus tratos infantis que queira deixar como sugestão para os futuros pedagogos?

Assinatura

Data: ___/___/___